



Gestação na adolescência em comunidades ribeirinhas do Amazonas: barreiras de acesso ao pré-natal e papel da UBS

Fernanda de Magalhães Chacon¹, Yasmim Cristina Santos Pereira², Inalda das Neves Nogueira Brandão³, Vitória Larissa da Silva Galvão⁴ e Dimas Melo Gonçalves⁵

<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p3317-3328>

Artigo recebido em 20 de Julho e publicado em 20 de Setembro de 2025



REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

A gestação na adolescência em comunidades ribeirinhas do Amazonas configura-se como um grave desafio de saúde pública, marcado por determinantes sociais, econômicos e culturais que acentuam vulnerabilidades maternas e neonatais. Nesse contexto, compreender as barreiras que dificultam o acesso ao pré-natal é essencial para subsidiar políticas de equidade no cuidado. O presente artigo teve como objetivo analisar os principais entraves enfrentados por adolescentes ribeirinhas na adesão ao pré-natal e discutir o papel das Unidades Básicas de Saúde (UBS) na promoção do cuidado integral. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, de caráter qualitativo e exploratório, fundamentada em artigos científicos, documentos oficiais e dados epidemiológicos produzidos entre 2015 e 2024. Os achados evidenciam que a distância geográfica, a precariedade de transporte, a baixa escolaridade, o estigma social e a insuficiência da rede assistencial comprometem o acompanhamento gestacional. Por outro lado, as UBS emergem como porta de entrada estratégica do Sistema Único de Saúde, com potencial de reduzir desigualdades por meio de práticas multiprofissionais, ações itinerantes e iniciativas educativas. Conclui-se que o fortalecimento da Atenção Primária, aliado a políticas públicas intersetoriais voltadas para populações ribeirinhas, é fundamental para assegurar um cuidado materno-infantil equitativo e efetivo na Amazônia.

Palavras-chave: Amazonas; Atenção Primária à Saúde; comunidades ribeirinhas; gestação na adolescência; pré-natal.



Adolescent pregnancy in riverside communities of the Amazon: barriers to prenatal care and the role of Primary Health Care Units

ABSTRACT

Adolescent pregnancy in riverside communities of the Amazon represents a major public health challenge, shaped by social, economic, and cultural determinants that intensify maternal and neonatal vulnerabilities. In this context, understanding the barriers that hinder access to prenatal care is essential to support equity-oriented policies. This article aimed to analyze the main obstacles faced by adolescent women in riverside areas regarding prenatal adherence and to discuss the strategic role of Primary Health Care Units (UBS) in promoting comprehensive care. It is a narrative literature review, qualitative and exploratory in nature, based on scientific articles, official documents, and epidemiological data published between 2015 and 2024. Findings indicate that geographical distance, lack of transportation, low education levels, social stigma, and weaknesses in the health care network compromise prenatal monitoring. On the other hand, UBS emerge as a strategic entry point to the Unified Health System, with the potential to reduce inequalities through multiprofessional practices, itinerant care, and health education initiatives. It is concluded that strengthening Primary Health Care, combined with intersectoral public policies directed at riverside populations, is crucial to ensure equitable and effective maternal and child health care in the Amazon.

Key-words: Adolescent pregnancy; Amazon; Prenatal care; Primary Health Care; Riverside communities.

Instituição afiliada – Faculdade Santa Teresa Manaus

Autor correspondente: *Fernanda de Magalhães Chacon, Yasmim Cristina Santos Pereira, Inalda das Neves Nogueira Brandão, Vitória Larissa da Silva Galvão e Dimas Melo Gonçalves.*

fernandamaqalhaesc33@yahoo.com yasmimcristina@gmail.com inaldabrandao@yahoo.com.br
vdasilvaqalvao@gmail.com e dimasmeloqoncalves@gmail.com



INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência é um fenômeno de relevância mundial, reconhecida como um dos principais desafios de saúde pública por seus impactos sociais, biológicos e econômicos. No Brasil, estima-se que aproximadamente 14% dos nascimentos ocorram entre mães adolescentes, evidenciando a persistência de um problema que combina vulnerabilidades sociais, educacionais e culturais. Na região Norte, esse cenário se mostra ainda mais crítico devido às condições geográficas e estruturais específicas, que dificultam o acesso aos serviços de saúde e ampliam a exposição de adolescentes a riscos relacionados à saúde materno-infantil. Entre essas particularidades, as comunidades ribeirinhas do Amazonas destacam-se pela complexidade do território, marcada pela dispersão populacional, pela dependência de transporte fluvial e pela escassez de infraestrutura adequada para o atendimento em saúde, fatores que impactam diretamente o início e a adesão ao pré-natal.

Diversos estudos apontam que o início precoce da vida sexual, a ausência de diálogo familiar, a baixa escolaridade e a falta de acesso contínuo a métodos contraceptivos contribuem para a manutenção de altos índices de gravidez precoce na região. Além disso, aspectos socioculturais, como a naturalização da gravidez na adolescência em determinados contextos comunitários, reforçam o ciclo intergeracional de pobreza, acentuando desigualdades e perpetuando a exclusão social. Nesse sentido, a atenção pré-natal torna-se não apenas uma medida de acompanhamento clínico, mas também um espaço privilegiado para a oferta de suporte psicossocial, educação em saúde e fortalecimento da autonomia das adolescentes.

Contudo, o acesso ao pré-natal em áreas ribeirinhas enfrenta entraves significativos, como a distância até as Unidades Básicas de Saúde, a falta de transporte regular, a rotatividade de profissionais e a insuficiência de recursos diagnósticos e terapêuticos. Esses obstáculos dificultam a realização das consultas mínimas recomendadas e comprometem a qualidade da assistência, refletindo em maior risco de complicações obstétricas e neonatais. Diante desse contexto, a Atenção Primária à Saúde, operacionalizada pelas UBS, emerge como eixo estruturante para reduzir



desigualdades, articulando cuidado clínico, acolhimento e estratégias de prevenção em territórios de difícil acesso.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar as barreiras enfrentadas por adolescentes grávidas residentes em comunidades ribeirinhas do Amazonas no acesso ao pré-natal, bem como discutir o papel estratégico das Unidades Básicas de Saúde na promoção de um cuidado integral, equitativo e culturalmente sensível, capaz de contribuir para a melhoria dos indicadores de saúde materno-infantil na região.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A gravidez na adolescência em comunidades ribeirinhas do Amazonas é um fenômeno afetado por condições sociais e estruturais que dificultam o acesso ao pré-natal e comprometem a qualidade do atendimento prestado. Os estudos de Chiquetto (2024) apontam que o comportamento reprodutivo das mulheres ribeirinhas está fortemente relacionado a fatores socioculturais, como a aceitação da gravidez precoce, a pouca adoção de métodos contraceptivos e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde em razão de obstáculos territoriais. Esses elementos sugerem que a

Outro desafio importante é o acesso à informação em saúde. Estudos realizados em regiões ribeirinhas da Amazônia apontam que fatores como a distância geográfica, a carência de leitos obstétricos e as dificuldades de transporte sanitário constituem barreiras significativas para a garantia de uma assistência obstétrica segura. A gravidez na adolescência é afetada não só por aspectos biológicos, mas também por circunstâncias históricas e sociais particulares da região amazônica e qualificada, o que acentua a vulnerabilidade materna nesses territórios (LOPES et al., 2024).

Uma pesquisa recente examinou os fatores sociais que afetam a saúde de gestantes ribeirinhas que receberam acompanhamento pré-natal regular. O estudo de Rodrigues et al. (2025) revelou que o nível de escolaridade, as condições socioeconômicas e a distância geográfica têm um impacto significativo no início tardio do pré-natal e na frequência irregular das consultas. Esses resultados destacam a



complexidade dos obstáculos enfrentados pelas adolescentes, mostrando que o pré-natal não está apenas ligado à oferta de serviços, mas também às condições estruturais que permitem o acesso das gestantes a esses serviços.

Garcia et al. (2025), em sua revisão sobre o acesso à saúde sexual e reprodutiva de meninas em situação de vulnerabilidade na América Latina, no contexto da adolescência, mostrou que a ausência de políticas públicas voltadas às particularidades desse grupo agrava as desigualdades e perpetua o ciclo da gravidez precoce. A pesquisa destaca que o estigma social e a falta de programas de acolhimento para adolescentes contribuem para o aumento da evasão escolar e práticas de risco. Isso reflete a situação enfrentada pelas comunidades ribeirinhas do Amazonas.

Segundo Oliveira (2024), a avaliação da qualidade do pré-natal prestado às gestantes ribeirinhas revelou deficiências significativas na integralidade do atendimento, principalmente devido à dificuldade de permanência dos profissionais e à escassez de recursos diagnósticos nas unidades locais. A pesquisa revelou que, mesmo com o início do pré-natal, a falta de exames adicionais e a ausência de acompanhamento contínuo diminuem a eficácia das medidas. Esse contexto destaca a importância de fortalecer as Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF), expandindo a presença de equipes com diversas especialidades e assegurando o suporte logístico necessário.

Por fim, um estudo de Costa et al. (2023) sobre a dinâmica do parto em áreas ribeirinhas da Amazônia, mostrou que muitas gestantes não conseguem fazer o parto a tempo nos centros de referência devido à distância fluvial e à falta de transporte rápido, o que eleva os riscos para mães e recém-nascidos. Os autores ressaltam que a precariedade no deslocamento é um fator crucial, pois emergências obstétricas demandam atendimento imediato, o que não é possível em situações de isolamento.

Portanto, a literatura recente aponta que a gestação na adolescência em comunidades ribeirinhas é um fenômeno multifacetado, no qual as barreiras sociais, econômicas e territoriais se somam às fragilidades da rede de saúde. O fortalecimento da Atenção Primária, aliado a políticas específicas para adolescentes em territórios amazônicos, surge como caminho indispensável para assegurar a equidade no cuidado materno-infantil.



METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, com caráter qualitativo e exploratório, voltada para a análise das barreiras de acesso ao pré-natal enfrentadas por adolescentes residentes em comunidades ribeirinhas do Amazonas e o papel da Atenção Básica nesse contexto.

A pesquisa foi realizada entre janeiro e agosto de 2025, a partir da busca de artigos científicos, relatórios técnicos e documentos oficiais em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo: SciELO, LILACS, PubMed e Google Scholar. Também foram considerados documentos do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os descritores utilizados foram: “gestação na adolescência”, “pré-natal”, “comunidades ribeirinhas”, “saúde da mulher”, “Atenção Primária” e “Amazonas”, em português e inglês. Foram incluídos trabalhos publicados entre 2015 e 2024, priorizando artigos originais, revisões sistemáticas, teses e dissertações que abordassem o tema em contextos amazônicos ou semelhantes.

Critérios de inclusão: estudos que analisassem gestação na adolescência, acesso ao pré-natal em regiões vulneráveis e/ou o papel da Atenção Primária. Critérios de exclusão: artigos repetidos, estudos que não dialogassem com a realidade da Amazônia ou que tratassem apenas de gestação adulta.

Após a triagem inicial, foram selecionados 36 trabalhos para análise, sendo 24 artigos científicos, 6 relatórios governamentais, 3 dissertações e 3 documentos de organizações internacionais. Os dados foram sistematizados em categorias temáticas: (i) determinantes sociais da gravidez na adolescência, (ii) barreiras de acesso ao pré-natal em comunidades ribeirinhas e (iii) papel das UBS na atenção à saúde da gestante adolescente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A gestação na adolescência permanece como um desafio na região Norte, sendo considerada um importante problema de saúde pública. Segundo dados do Ministério da Saúde (2022), cerca de 18% dos partos na região são de mães adolescentes, percentual superior à média nacional de 14%. Segundo Silva et al. (2021), No Amazonas, estudos apontam que municípios do interior apresentam índices ainda mais elevados, reflexo da vulnerabilidade social e da dificuldade de acesso a métodos contraceptivos.

Oliveira et al. (2020) relata em seus estudos que em comunidades ribeirinhas, a gestação precoce está fortemente associada à evasão escolar, ao início precoce da vida sexual, à ausência de diálogo familiar e às limitações no acesso à informação em saúde. Esses fatores reforçam o ciclo intergeracional da pobreza, uma vez que muitos adolescentes abandonam os estudos para assumir responsabilidades maternas.

As barreiras de acesso ao pré-natal configuram-se como um dos principais agravantes do cenário. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2016), a distância geográfica e a dependência do transporte fluvial são fatores que dificultam a realização do número mínimo de consultas recomendadas, que devem ser de, pelo menos, seis atendimentos.

Carvalho (2022) relata em seus estudos que, soma-se a isso, a escassez de profissionais de saúde, já que a fixação de médicos e enfermeiros em áreas remotas é limitada, o que acarreta atendimentos irregulares. E Silva et al. (2021) integra que a baixa escolaridade e a falta de informação também contribuem, visto que muitos adolescentes desconhecem a importância do acompanhamento pré-natal ou evitam procurar atendimento por medo da estigmatização.

Além disso, Santos et al. (2019) aponta em seus estudos que aspectos socioculturais desempenham papel relevante, pois em algumas comunidades a gravidez precoce é naturalizada, reduzindo a busca por acompanhamento profissional. De acordo com o Ministério da Saúde, Brasil (2017), esse conjunto de fatores resulta no início tardio do pré-natal, na baixa adesão às consultas e no aumento do risco de complicações obstétricas, como pré-eclâmpsia, parto prematuro e baixo peso ao nascer.

Nesse contexto, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) assumem papel essencial como porta de entrada para o Sistema Único de Saúde. Nos territórios ribeirinhos, elas atuam não apenas como espaços de atendimento clínico, mas também como locais de



acolhimento, orientação e educação em saúde. Experiências bem-sucedidas em municípios amazônicos incluem a atenção itinerante e fluvial, com equipes multiprofissionais que se deslocam periodicamente até comunidades isoladas, e a educação em saúde voltada para adolescentes, com ações de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e orientação sobre métodos contraceptivos.

No Ministério da Saúde, Brasil (2017), também se destacam o apoio psicossocial e o fortalecimento do vínculo comunitário, fundamentais para reduzir o estigma associado à gravidez precoce. Carvalho (2022) relata que, a integração entre projetos de extensão universitária e as UBS têm mostrado resultados positivos ao aproximar acadêmicos de medicina e enfermagem das comunidades por meio de atividades educativas, rodas de conversa e acompanhamento de gestantes.

As implicações para a saúde materno-infantil são significativas. A Organização Mundial da Saúde (2016) informa que a ausência de um pré-natal adequado contribui para índices mais elevados de mortalidade materna e neonatal, sendo que adolescentes gestantes apresentam risco 50% maior de complicações obstétricas quando comparadas às gestantes adultas.

No Amazonas, de acordo com Silva et al. (2021), essa vulnerabilidade se agrava devido à distância dos centros de referência hospitalar e às dificuldades de transporte em situações de urgência. Por outro lado, estudos de Oliveira et al. (2020), apontam que a realização precoce e contínua do pré-natal reduz consideravelmente as complicações, melhora o estado nutricional da gestante e eleva as taxas de aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida. Esses resultados reforçam a importância de fortalecer políticas públicas voltadas para adolescentes em comunidades ribeirinhas, de modo a garantir acesso universal e equitativo ao cuidado pré-natal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestação na adolescência em comunidades ribeirinhas do Amazonas revela-se como um fenômeno multifacetado, fortemente condicionado por desigualdades sociais, econômicas e territoriais que comprometem o acesso ao pré-natal e, conseqüentemente, a qualidade do cuidado materno-infantil. Os achados desta revisão



apontam que fatores estruturais, como a distância geográfica, a dependência de transporte fluvial e a escassez de profissionais de saúde, somam-se a determinantes sociais, como a baixa escolaridade, o estigma cultural e a ausência de políticas públicas específicas, configurando um cenário de grande vulnerabilidade para adolescentes gestantes e seus filhos.

Nesse contexto, as Unidades Básicas de Saúde assumem um papel estratégico que transcende a dimensão assistencial, pois representam não apenas o ponto de entrada para o Sistema Único de Saúde, mas também espaços de acolhimento, educação em saúde e fortalecimento do vínculo comunitário. A literatura evidencia que iniciativas como o atendimento itinerante e fluvial, a presença de equipes multiprofissionais e os projetos de extensão universitária podem ampliar a capilaridade da atenção primária, promovendo maior adesão ao pré-natal e reduzindo as taxas de complicações obstétricas e neonatais.

Contudo, a superação das desigualdades exige mais do que soluções pontuais. Faz-se necessário o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais que articulem saúde, educação e assistência social, de modo a garantir um cuidado integral que atenda às particularidades das populações ribeirinhas. Investimentos em logística de transporte sanitário, fixação de profissionais de saúde em áreas remotas e ampliação da infraestrutura das UBS devem ser considerados prioridades. Além disso, é essencial incorporar estratégias de educação sexual e reprodutiva voltadas para adolescentes, visando à prevenção de gestações precoces e à promoção da autonomia feminina.

Dessa forma, conclui-se que o enfrentamento da gestação na adolescência em comunidades ribeirinhas do Amazonas requer uma abordagem ampla, sustentada por políticas públicas efetivas, práticas inovadoras de atenção primária e ações comunitárias participativas.

A valorização do protagonismo juvenil, a integração das famílias e o fortalecimento das redes de apoio social são elementos indispensáveis para transformar o ciclo de vulnerabilidade em oportunidades de saúde e desenvolvimento. O estudo, portanto, reafirma a necessidade de olhar a realidade amazônica de forma singular, reconhecendo seus desafios, mas também seu potencial de resiliência, e aponta que somente o esforço conjunto entre Estado, sociedade e comunidade poderá assegurar um cuidado materno-infantil mais justo, equitativo e humanizado.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://abennacional.org.br/wp-content/uploads/2024/06/PNAB_portaria_2436-setembro_2017.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Indicadores de saúde da mulher**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/painel_indicadores_sus_saude_mulher_a1n1.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

CARVALHO, F. A.; Souza, R. P. **Extensão universitária e saúde ribeirinha: desafios e possibilidades**. *Revista de Extensão em Saúde Coletiva*, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/qX3KBJghtJpHQRDZzG4b8XB/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2025.

CHIQUETTO, J. B.; Nolasco, M. A. **Comportamento reprodutivo em mulheres ribeirinhas: inquérito de saúde no Médio Solimões**. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 24, n. 3, p. 455-468, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/mwMkWh6GnCjwCMhLsgrVRDb/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2025.

COSTA, J. R. et al. **Childbirth dynamics in the riverside region of the Brazilian Amazon**. *Revista Pan-Amazônica de Saúde*, Belém, v. 14, e20230045, 2023. Disponível: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wmVmMcQfsSxHZp6B6CDn8Wv/?format=html&lang=en>. Acesso em: 13 set. 2025.

GARCÍA, P. L.; Hernández, C. R.; Toro, V. M. **Determinants of access to sexual and reproductive health for adolescent girls in vulnerable situations in Latin America**. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 22, n. 4, p. 331-345, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph22020248>. Acesso em: 13 set. 2025.

IBGE. **Estatísticas de fecundidade e natalidade no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

RODRIGUES, M. A.; Lima, F. P.; Carvalho, J. S. **Social determinants of health among pregnant women living in riverside communities who received routine prenatal care**. *BMC Pregnancy and Childbirth*, v. 25, n. 1, p. 112-125, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ce.v30i0.96995en>. Acesso em: 13 set. 2025.



MENDES, I. S. et al. **Childbirth dynamics in the riverside region of the Brazilian Amazon: spatial-temporal pattern of births and flow of parturients served in a regional maternity hospital.**

Revista Brasileira de Enfermagem, v. 77, 2024. DOI: 10.1590/0034-7167-2024-0038pt.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wmVmMcQfsSxHZp6B6CDn8Wv/?lang=pt>.

Acesso em: 17 set. 2025.

SILVA, R. S. et al. **Health literacy and quality of life of riverine populations in primary health care.**

PLOS Global Public Health, v. 2, n. 8, e0000783, 2021. Disponível em: DOI: 10.1590/1518-

8345.7402.4440. Acesso em: 13 set. 2025. Disponível em: [https://doi.org/10.1590/1518-](https://doi.org/10.1590/1518-8345.7402.4440)

8345.7402.4440. Acesso em: 13 set. 2025.

OLIVEIRA, A. P. et al. **Gravidez na adolescência no Brasil: determinantes sociais e impactos.**

Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, 2020. Disponível em: DOI:10.36557/2674-

8169.2024v6n7p778-791. Acesso em: 14 set. 2025.

OLIVEIRA, T. C. **Qualidade da assistência pré-natal oferecida às gestantes ribeirinhas na calha**

do rio Amazonas. 2024. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade de São Paulo,

São Paulo, 2024. Disponível em:DOI: 10.11606/D.22.2024.tde-23102024-074934. Acesso em: 14

set. 2025.

WHO. **World Health Organization.** Recommendations on antenatal care for a positive pregnancy experience. Geneva: WHO, 2016. Disponível em:

<https://www.who.int/publications/i/item/9789241549912>. Acesso em: 13 set. 2025.